

CFESS Manifesta

Edição especial: não à criminalização das lutas sociais!

Brasília (DF), 9 de novembro de 2016
Gestão Tecendo na luta a manhã desejada



LUTAR NÃO É CRIME

Primeiro levaram os negros, mas não me importei com isso.
Eu não era negro.
Em seguida levaram alguns operários, mas não me importei com isso.
Eu também não era operário.
Depois prenderam os miseráveis, mas não me importei com isso.
Porque eu não sou miserável.

Depois agarraram uns desempregados, mas como tenho meu emprego Também não me importei.
Agora estão me levando, Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém,
Ninguém se importa comigo.
BERTOLD BRECHT

Lutar não é crime. Ou ainda não o é, porque no Brasil, em 117 anos de república, a democracia sempre foi abreviada e, por vezes, cancelada. O direito de lutar, de livre manifestação e organização sempre foi muito atacado em nosso país. Mesmo quando a democracia estava em “funcionamento”, ela foi muito parcial, proibindo ou perseguindo organizações da classe trabalhadora. A Lei Antiterrorismo que nos foi legada pelo governo Dilma é um retrocesso que se volta contra a classe trabalhadora e suas organizações. O governo ilegítimo de Temer piorou bastante as coisas numa conjuntura que lhe é favorável. ▶

O impeachment abriu as portas aos/às fascistas e ao crescimento da direita de pior tipo: neoliberal na economia, antidemocrática na política e conservadora nos valores. As eleições municipais assinalaram sua ascensão e um encolhimento, com raras exceções, da esquerda. Mas o pior está mesmo no aumento da repressão. Desde a semana passada, estão atacando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E o bravo movimento da juventude que vem ocupando escolas e universidades é outro alvo preferencial das forças repressivas.

Sabemos que o capitalismo não é democrático. Muito menos no Brasil, marcado por golpes e soluções “pelo alto”. O que há de democracia no capitalismo é obra da luta da classe trabalhadora que, em todos os lugares, levanta-se contra a exploração e, assim, acaba arrancando do Estado conquistas, algumas delas transformadas em direitos. Sabemos também que as conquistas e os direitos como produtos das lutas de classes sofrem seus efeitos. Quando tendem favoravelmente aos/às trabalhadores/as, eles podem obter vitórias. Mas quando os/as trabalhadores/as estão mais enfraquecidos/as nas lutas de classes, eles/as podem ser atacados/as de várias maneiras: ou são mais explorados/as; ou perdem direitos; ou sofrem maior repressão. No momento, a classe trabalhadora brasileira está sendo atacada por todos esses lados. As classes dominantes declararam guerra e posicionaram uma artilharia pesadíssima.

O MST foi o alvo da semana passada (4/11). E as armas usadas não foram apenas aquelas que vimos nas imagens bárbaras registradas na ENFF (Escola Nacional Florestan Fernandes). No domingo (6/11), a artilharia da Rede Globo fez o trabalho sujo, em nome da “verdade” que constrói. Evidentemente, não darão trégua e buscarão dar legalidade às arbitrárias ações contra o MST por meio dos instrumentos jurídico-institucionais de que dispõem. O ataque ao MST exige dos/as lutadores/as sociais – de todas as forças progressistas e democráticas – uma ampla unidade em torno da defesa da democracia, mesmo que saibamos o quanto ela é débil e o quanto ela vem sendo golpeada. As classes dominantes apontam sua ofensiva para o MST por razões óbvias. Golpear o MST é

Repudiamos o ataque à Escola Nacional Florestan Fernandes, assim como as demais detenções e arbitrariedades associadas à mesma “operação”, ocorridas no dia 4/11. Não aceitaremos a criminalização das lutas sociais! Eles podem dar “de comer” à fera fascista, mas jamais matarão nossa fome de liberdade!

golpear o que temos de mais vigoroso entre os mais importantes instrumentos de luta de que dispomos. Por isso, devemos nos solidarizar com o movimento. Nosso lema deve ser aquele que as ruas vêm ecoando: “não vai ter arrego”.

Sabemos que qualquer forma de república democrática é melhor que qualquer forma de ditadura. Seja qual for a estratégia política que adotamos, é na democracia que reunimos mais condições para lutar. Por isso, temos que denunciar qualquer tipo de recuo democrático como o que estamos vendo no momento. E não apenas por causa do impeachment, porque ele não foi o único recuo democrático a que assistimos. Ele foi um atalho para mais recuos democráticos que estão a se desenhar em todos os níveis da sociedade brasileira. Por isso, mesmo com todos os seus limites, devemos lutar pela permanência dos espaços democráticos que temos no país. As classes dominantes estão aproveitando o momento conjuntural que lhes é favorável, para fazer o contrário: reduzi-los.

O impeachment no Brasil se deu em meio a uma crise de hegemonia, no sentido que Gramsci atribui à expressão. Ou seja, uma crise parida numa conjuntura recessiva, que trouxe consigo profundos impasses e vácuos de poder, em meio a um esgarçamento do tecido social e à explosão de particularismos de todo tipo. Criou-se um momento de transição entre formas hegemônicas, quando é comum que alternativas autocráticas sejam úteis, não necessariamente uma forma abertamente ditatorial, mas uma forma que conspira contra

os avanços democráticos em todos os níveis, alcançando a democracia política e os avanços sociais conquistados pela classe trabalhadora.

Precisamos ter a clareza de que, como dissemos no início deste texto, a conjuntura que se abriu a partir do impeachment é de ascensão das forças mais conservadoras e até mesmo reacionárias, que estão a operar em todos os segmentos da sociedade brasileira: estão no Congresso Nacional, no Judiciário, nas forças policiais e encontram respaldo em movimentos de direita financiados pela burguesia nativa e estrangeira, que participou das mobilizações para derrubar o governo. Tal conjuntura não criou um cenário abertamente fascista, como dissemos. Mas ela se alimenta de uma cultura fascista, que se expressa em formas de intolerância das mais diversas, inclusive o ódio ao PT (a forma encontrada para difundir o ódio a toda a esquerda), que não cessou com a queda de Dilma. O ataque ao MST se ancora nesse mar de ódio e intolerância.

Está em curso uma tentativa de criminalização do MST, cujo objetivo maior é criminalizar a luta de classes. A defesa do movimento é a defesa da democracia e da livre manifestação e organização. Nesse sentido, repudiamos o ataque à Escola Nacional Florestan Fernandes, assim como as demais detenções e arbitrariedades associadas à mesma “operação”, ocorridas no dia 4/11. Não aceitaremos a criminalização das lutas sociais! Eles podem dar “de comer” à fera fascista, mas jamais matarão nossa fome de liberdade.



Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

PRESIDENTE Maurílio Castro de Matos (RJ)
VICE-PRESIDENTE Esther Luíza de Souza Lemos (PR)
1ª SECRETÁRIA Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)
2ª SECRETÁRIA Daniela Castilho (PA)
1ª TESOUREIRA Sandra Teixeira (DF)
2ª TESOUREIRA Nazarela Rêgo Guimarães (BA)
CONSELHO FISCAL
 Juliana Iglesias Melim (ES), Daniela Neves (DF) e Valéria Coelho (AL)

SUPLENTES
 Alessandra Ribeiro de Souza (MG)
 Josiane Soares Santos (SE)
 Erlenia Sobral do Vale (CE)
 Marlene Merisse (SP)
 Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)
 Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)
 Solange da Silva Moreira (RJ)

CFESS MANIFESTA
Edição especial: não à criminalização das lutas sociais!
Conteúdo (aprovado pela diretoria): Marcelo Braz- assistente social, professor da ESS/UFRJ e professor colaborador da ENFF
Organização: Comissão de Comunicação
Revisão: Diogo Adjuto
Diagramação e arte: Rafael Werkema